

**DIREITO PÚBLICO: CONTROLE DE CONTAS, TRANSPARÊNCIA E  
RESPONSABILIDADE**

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Escola de Contas e Capacitação Professor  
Pedro Aleixo

Área do Conhecimento: Ciências sociais aplicadas – Direito.

Identificação da Coordenação: Gustavo Costa Nassif – Doutor em Direito Público pela  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Telefone: 3348-2698. E-mail:  
gnassif@tce.mg.gov.br

Identificação da Coordenação Adjunta: Edimur Ferreira de Faria – Doutor em Direito pela  
Universidade Federal de Minas Gerais. Telefone: 3269-3247. E-mail: edimur@pop.com.br.

---

**A - SUMÁRIO**

<b>1. Justificativa .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Concepção do Programa .....</b>	<b>5</b>
<b>3. Informações Gerais .....</b>	<b>6</b>
3.1. Título concedido .....	6
3.2. Objetivos do curso .....	6
3.3. Público alvo .....	7
3.4. Duração do curso .....	7
a. Carga horária total .....	7
b. Período letivo de realização do curso .....	8
c. Número de aulas semanais .....	8
d. Distribuição das aulas pelos dias da semana .....	8
3.5. Número de vagas propostas .....	8
3.6. Critérios de Seleção .....	8
3.5. Critérios para a concessão do título .....	8
<b>4. Estrutura do Curso.....</b>	<b>9</b>
4.1. Metodologia.....	9
4.2. Interdisciplinaridade .....	9
4.3. Disciplinas .....	10
4.4. Demais atividades.....	15
4.5. Trabalho de conclusão de curso.....	16
<b>5. Corpo Docente .....</b>	<b>16</b>
<b>6. Grade Horária .....</b>	<b>20</b>
<b>Anexo 1 .....</b>	<b>21</b>
<b>Anexo 2 .....</b>	<b>41</b>
<b>Anexo 3 .....</b>	<b>42</b>

## **B – CORPO DO PROJETO**

### **1. Justificativa**

O Controle da Administração Pública, seja do ponto de vista teórico, ou mesmo na prática diária, vem, nos dias de hoje, sofrendo uma profunda mudança, decorrência não apenas do surgimento de novas teorias e dos influxos recebidos por outros campos do saber, mas, sobretudo, por uma busca cada vez mais freqüente por profissionais que estejam capacitados para oferecerem soluções criativas aos problemas cada vez mais complexos.

Em outras palavras, os reflexos da contemporaneidade atingem a Administração Pública em virtude do alto grau de diferenciação funcional dos subsistemas sociais. Os institutos da Moral, do Direito, da Política, da Economia e Gestão, dentre outros, passam a exigir, cada vez mais, uma nova postura do agente público diante de uma realidade na qual inexistente um fundamento transcendente que sirva de referencial de legitimação e de determinação das práticas gerenciais e de gestão pública.

Isso acaba por exigir dos gestores públicos um esforço redobrado no sentido de estarem sempre buscando uma solução adequada ao caso que analisam, uma vez que cada situação é única e que o risco do erro é inerente às gramáticas das práticas gerenciais. É preciso, assim, que a discussão e análise qualificada das soluções encontradas sejam um exercício contínuo de tantos quantos se dediquem à gestão pública.

Ademais, por mais paradoxal que possa parecer, é justamente de toda essa imprecisão, incerteza e risco que surge um conceito renovado de segurança e de certeza, os quais não mais se calcam em repetição acrítica de questões vistas no passado, mas sim na probabilidade e na consciência de que esta construção é um processo que se corrige a si mesmo no longo e tortuoso caminho da Administração Pública.

Com isso, a Gestão Pública ganha em complexidade, o que exige, certamente, soluções igualmente complexas para muitos problemas, sob pena de se criar um fosso entre a realidade e o campo da ciência, e, diante disso, construir-se um mundo de ilusões que, cada vez mais, propõe alternativas que não respondem às exigências da experiência cotidiana da Administração Pública.

Diante de tudo isso, o estudo do Direito e da Gestão Pública não pode mais se dar da maneira que até então se fazia, porquanto eles não mais se contentam com uma lógica positivista e simplista de reduzir este fenômeno a uma aplicação meramente silogística e mecânica de normas que tinham a pretensão de ser a solução de todos os problemas e conflitos enfrentados no âmbito de sua atuação.

O contexto atual, como mencionado, não mais permite esse tipo de leitura da prática administrativa. Isso porque o presente século assistiu a inúmeras mudanças, tais como uma nova idéia da interpretação; uma visão renovada de ciência, na medida em que esta se descobriu limitada, precária, humana e datada, de filosofia, de direito e de gestão pública. Percebemos que apenas a partir do estudo da linguagem e da inter-relação entre os atores sociais, é que será possível se compreender como melhorar as relações humanas e a integração social.

Todo este arcabouço nos leva a refletir acerca da transformação das sociedades que restaram muito mais complexas em face dos processos globalizantes, comunicacionais e tecnológicos. A autodeterminação relativa do Estado Pós-moderno, diante do enfraquecimento do paradigma da soberania nacional, alterou seu relacionamento com o cidadão, agora cosmopolita. Indubitável afirmar que as sociedades, embora imperfeitas, estão muito mais organizadas. Essas mudanças possibilitaram uma maior interação entre as intra-sociedades e o Estado Contemporâneo. Não há dúvidas, portanto, que há reflexos na Administração Pública e nos órgãos responsáveis pelo controle.

Além disso, uma administração pública fechada e introspectiva em seu conjunto vem demonstrando a necessidade de uma nova organização e de um profundo resgate das próprias necessidades do cidadão, para que esse seja tratado, cada vez mais, como um fim em si mesmo e não apenas como um instrumento de satisfação de desejos minúsculos de lideranças fracas que insistem em reduzi-lo.

Deve-se, então, diante desse quadro, procurar criar mecanismos com os quais seja possível um estudo mais aprofundado da Gestão Pública, em especial no que concerne ao

Controle da Administração, agora de forma transparente e responsável, de maneira a lhe incorporar toda a complexidade e peculiaridade que os tempos modernos apresentam.

Ademais, não se pode esquecer de que um dos mais graves problemas enfrentados na seara da Administração Pública é a prática gerencial presa ao paradigma da burocracia que sequer se deu conta dessas mudanças.

Por tudo isso que se expôs, demonstra-se a necessidade da estruturação de um curso de Pós-Graduação com o objetivo de estudar o Controle de Contas, não a partir de uma perspectiva meramente dogmática, reproduzindo conceitos, mas sim construindo um curso que discuta a importância do controle, da transparência e da responsabilidade da gestão pública, com a devida observância dos direitos fundamentais e, sobretudo, objetivando a concretização dos postulados democráticos.

## **2. Concepção do programa**

O curso de especialização ora proposto pretende assegurar formação multidisciplinar aos técnicos e oficiais do Tribunal de Contas de Minas Gerais, proporcionando conhecimentos e habilidades específicos ao aperfeiçoamento do controle externo de contas, atividade precípua dessa Corte de Contas.

Tem-se também como objetivo conscientizar os servidores da importância de uma atuação transparente e responsável, atendendo à necessidade permanente de fortalecer o controle de contas e, conseqüentemente, o Estado Democrático de Direito.

## **3. Informações Gerais**

### **3.1. Título concedido**

Especialista em Direito Público com ênfase em Controle de Contas.

### **3.2. Objetivos do curso**

- Qualificar os servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como os jurisdicionados, por meio do desenvolvimento, do aprofundamento e da atualização dos seus conhecimentos para atuarem de forma eficiente e diferenciada no âmbito do Controle da Administração Pública, fortalecendo uma postura reflexiva e crítica que fomente a sua capacidade para uma atuação profissional qualificada indispensável ao exercício do controle da gestão pública, do combate à corrupção e da promoção da transparência da ação governamental.
- Proporcionar aos envolvidos condições para aplicação dos novos conhecimentos em controle externo e interno e dos instrumentos voltados para a transparência da gestão pública de forma eficiente e eficaz.
- Preparar o profissional para a formação de uma visão crítica e renovada do controle da Administração Pública.
- Proporcionar aos servidores públicos condições de aplicabilidade das normas e atos normativos inerentes ao controle e fiscalização dos atos da Administração Pública.
- Estimular a aplicação dos novos mecanismos e paradigmas operacionais e de fiscalização, o controle dos atos administrativos praticados no âmbito da Administração Pública.
- Promover a construção do conhecimento técnico, científico e operacional dos instrumentos de auditoria visando à detecção de fraudes, erros, e malversação de dinheiro público.
- Promover a construção do conhecimento técnico, científico e operacional dos instrumentos de correções administrativas visando alcançar o aprimoramento da conduta dos servidores públicos.
- Possibilitar a capacitação dos jurisdicionados para uma atuação preventiva na prestação de contas.
- Multiplicar os conhecimentos relativos ao controle da Administração Pública junto aos servidores dos órgãos jurisdicionados.
- Proporcionar convívio com realidades profissionais relacionadas à pesquisa e à produção de textos científicos, por meio dos quais se possibilite ao aluno um conhecimento mais amplo e profundo do espaço acadêmico.

### 3.3. Público Alvo

Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e de outros órgãos públicos graduados, interessados no conhecimento sobre o controle transparente das contas públicas.

Ressalta-se que a abertura do curso para outros órgãos públicos é condizente com a diretriz desta Corte de Contas, que visa à conscientização dos agentes públicos da importância de uma gestão responsável e de um controle efetivo dos gastos da verba pública.

### 3.4. Duração do curso

a. Carga horária total:

A carga horária total do curso é de 432 horas/aula.

b. Período letivo de realização do curso: de 07/08/2012 a 13/06/2013.

c. Número de aulas semanais:

12 horas-aula por semana.

d. Distribuição das aulas pelos dias da semana:

<b>HORÁRIO - Ter a Qui</b>
<b>19:00 - 19:50</b>
<b>19:50 - 20:40</b>
<b>20:55 - 21:45</b>
<b>21:45 - 22:35</b>

### 3.5. Número de vagas propostas:

50 (cinquenta) vagas em cada turma, totalizando 100 (cem) vagas.

### 3.6. Critérios de seleção

- a. O servidor terá preferência em relação ao terceirizado;
- b. Terá preferência o candidato que não possuir pós-graduação custeada pelo TCE/MG;
- c. Terão preferência os candidatos graduados nos cursos de Direito, Administração, Economia, Ciências Contábeis e Engenharia;
- d. O servidor mais antigo terá preferência em relação ao mais novo.

### **3.7. Critérios para a concessão do título**

- a. Frequência de, no mínimo, 75% da carga horária total de cada módulo;
- b. Aproveitamento aferido em processo de avaliação onde se obtenha um mínimo de 70% em cada módulo;
- c. Elaboração individual de trabalho de conclusão de curso.

## **4. Estrutura do Curso**

### **4.1. Metodologia**

O ensino será realizado em aulas presenciais, com material impresso, uso de internet e/ou CD-ROM e demais ferramentas pedagógicas.

Os recursos pedagógicos utilizados serão:

- Atendimento personalizado com acesso direto ao professor através de e-mail ou durante os intervalos de aulas;
- Auto-desenvolvimento (estudo livre) via Internet, a partir de roteiro de estudo disponibilizado pelo professor na plataforma da Internet Acadêmica, para aprofundamento nas disciplinas;
- Trabalhos em grupo realizados sob supervisão e orientação pedagógica;
- Estudos de casos quando o conteúdo da disciplina permitir;
- Trabalhos de avaliação.

Além disso, o curso de Pós-Graduação contará com a possibilidade de o aluno se matricular apenas em um ou mais módulos que lhe interesse. Nesse caso, ser-lhe-á

conferido certificado apenas de aperfeiçoamento, já que não terá completado os requisitos necessários para a obtenção do título de especialista.

Ademais, serão solicitados dos participantes atividades de apresentação de seminários, participação em palestras e eventos relacionados ao curso, elaboração de projetos, além de visitas técnicas ou outras ações que enriqueçam o currículo.

#### 4.2. Interdisciplinaridade

Os três Eixos – Metodológico, de Fundamentação e de Especialização – dialogam entre si e com a sociedade, sendo que as atividades interdisciplinares ocorrerão em sala de aula, através da correlação de disciplinas, em atividades extra classe e durante os seminários de orientação para a realização do trabalho de conclusão de curso.

#### 4.3. Disciplinas

DISCIPLINA	UNIDADE DE ENSINO	HORAS/ AULA	PROFESSOR
MÓDULO 01: DIREITO	DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA: CONTROLE E EFETIVIDADE	16	HUDSON COUTO FERREIRA DE FREITAS - MESTRADO EM DIREITO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
	DIREITO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO: GOVERNANÇA E CONSENSUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16	DANIEL CABALEIRO SALDANHA - MESTRADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL(2011)
	PROCEDIMENTALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROCESSO APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	16	LEONARDO DE ARAÚJO FERRAZ - DOUTOR EM DIREITO PÚBLICO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

	PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	16	FREDERICO BARBOSA GOMES - MESTRADO EM DIREITO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MÓDULO 02: GESTÃO	GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS DO NOVO MILÊNIO	12	LUCIA HELENA CICCARINI - MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
	REFORMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E MODERNIZAÇÃO	12	FERNANDA DE SIQUEIRA NEVES - MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PELA PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, BRASIL(2010)
	GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA E ACCONTABILITY	12	RENATA MACHADO DA SILVEIRA VAN DAMME - MESTRADO EM DIREITO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA: CONCEITOS E FERRAMENTAS	12	CARLOS GUSTAVO CAIXETA - MESTRE EM GESTÃO EMPRESARIAL PELA FUNDAÇÃO DOM CABRAL E PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
	FUNCIONALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	12	AGUARDANDO INDICAÇÃO DO PROFESSOR EDMUR
	CONTROLE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, SANEAMENTO E TRANSPORTE	12	LUIS FLÁVIO SAPORI - DOUTORADO EM SOCIOLOGIA PELO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RJ/ IUPERJ

MÓDULO 03: FISCALIZAÇÃO	TENDENCIAS ATUAIS DO CONTROLE EXTERNO	8	LEONARDO DE ARAÚJO FERRAZ - DOUTOR EM DIREITO PÚBLICO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
	CONTROLE LEGISLATIVO, ORÇAMENTO PÚBLICO E RESPONSABILIDADE FISCAL	12	MÁRCIO FERREIRA KELLES - MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
	CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS: PREVENÇÃO A FRAUDE E A CORRUPÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	8	LICURGO JOSEPH MOURÃO DE OLIVEIRA - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
	AUDITORIA OPERACIONAL	8	JULIANO FISCARO BORGES - MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
	SELEÇÃO E PLANEJAMENTO EM AUDITORIA OPERACIONAL	12	JULIANO FISCARO BORGES - MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
	EXECUÇÃO, RELATÓRIO E MONITORAMENTO EM AUDITORIA OPERACIONAL	12	GILBERTO GALINKIN - MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
	AValiação DE PROJETOS, CONCESSÕES E PARCERIAS NO SETOR PÚBLICO	16	CRISTINA MÁRCIA DE OLIVEIRA MENDONÇA - ESPECIALIZAÇÃO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

	APURAÇÃO E CONTROLE DE CUSTOS E DE RESULTADOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	16	JOSÉ RONALDO DA SILVA - ESPECIALIZAÇÃO EM AUDITORIA PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
	CONTROLADORIA ESTRATÉGICA DO SETOR PÚBLICO	8	GIOVANNI JOSÉ CAIXETA - MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
	INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA DESCRITIVA E INFERITIVA	12	JANAÍNA DE ANDRADE EVANGELISTA - MESTRADO EM SANEAMENTO, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
	TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM PROBABILÍSTICA PARA AUDITORIA COM SPSS/EXCEL	12	JOSÉ XISTO DA SILVA BARROS - MESTRADO EM TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MÓDULO 04: PESSOAS	INDIVÍDUO, DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZAÇÃO PÚBLICA	12	LILIANE DE OLIVERIA GUIMARÃES - DOUTORA EM ADMINISTRAÇÃO PELA EAESP/FGV-SP
	PODER, LIDERANÇA E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	12	SANDRO MARCIO DA SILVA - DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PELA FEA-USP
	GESTÃO DA MUDANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12	LUCIA HELENA CICCARIANI - MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
	RESPONSABILIDADE E IMPUTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO	12	LUISA CRISTINA PINTO E NETTO

	CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA: SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL, PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E OS NOVOS INSTRUMENTOS DA PRÁTICA CORREICIONAL	16	SEBASTIÃO HELVÉCIO RAMOS DE CASTRO - DOUTOR EM SAÚDE COLETIVA, EM ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MÓDULO 05: SOCIEDADE	CONTROLE SOCIAL: INSTRUMENTOS E FORMAS JURÍDICAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12	GUSTAVO COSTA NASSIF - DOUTOR EM DIREITO PÚBLICO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
	AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	12	MARCONI AUGUSTO FERNANDES DE CASTRO BRAGA - MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTADO EM REDE	12	AGUARDANDO INDICAÇÃO DO PROFESSOR EDMUR
	TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA, CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO: ESTADO E COOPERAÇÃO SOCIAL	12	BRUNO ALMEIDA DE OLIVEIRA - DOUTOR EM DIREITO PÚBLICO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
	DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO	12	CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E SILVA - DOUTORADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
	TRIBUNAIS DE CONTAS: DEMOCRACIA, PREVENÇÃO E CONSENSUALIDADE	12	LUCIANA RASO SARDINHA - DOUTORADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MÓDULO 06: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	36	PUC VIRTUAL
--	---------------------------------------	----	-------------

#### **4.4. Demais atividades:**

Todos os participantes do Programa de Especialização são incentivados a fazer auto-avaliações constantes.

Ao término de cada módulo será distribuído aos alunos formulário de avaliação, cujos resultados serão divulgados, de forma consolidada, aos respectivos docentes.

O curso será avaliado pelos alunos em pelo menos duas ocasiões. A primeira ocorrerá após o cumprimento da metade da carga horária e a segunda será aplicada ao final do curso. Ambas serão realizadas por meio de instrumento próprio.

Além disso, será promovido um Seminário de Avaliação, após o encerramento do curso, envolvendo a Coordenação e representantes do corpo docente e discente.

Cada professor é avaliado pelos alunos e pelos coordenadores ao longo da disciplina que ministrar. Ao término dela, o docente é avaliado através de questionário respondido pelos alunos, com itens nas áreas pedagógica, de conhecimento, de relacionamento pessoal e desempenho geral.

#### **4.5. Trabalho de Conclusão de Curso**

Serão realizados trabalhos com conceitos “habilitado” e “não habilitado”.

O exame do Trabalho de Conclusão do Curso terá o formato de artigo e será realizado por uma banca examinadora, a ser designada pela coordenação do curso, constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o orientador.

Os alunos terão até 90 dias para apresentar o seu Trabalho de Conclusão do Curso após o término do período letivo do curso.

Os discentes receberão da banca examinadora as menções “aprovado”, “aprovado com restrições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” o aluno que receber essa menção de todos os membros da banca. Será considerado “aprovado com restrições” o discente que receber essa menção de pelo menos um dos membros da banca. Será considerado “não aprovado” o aluno que receber esse conceito de todos os membros da banca.

No caso de aprovação com restrições, as modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo discente no prazo de 30 dias consecutivos, contados da manifestação da banca examinadora, e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo.

## 5. Corpo Docente

<b>Professor (ordem alfabética)</b>	<b>Titulação/Instituição em que se titulou</b>	<b>Instituição com a qual o professor tem vínculo</b>
BRUNO ALMEIDA DE OLIVEIRA	DOUTOR EM DIREITO PÚBLICO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PROFESSOR ASSISTENTE III DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
CARLOS GUSTAVO CAIXETA	MESTRE EM GESTÃO EMPRESARIAL PELA FUNDAÇÃO DOM CABRAL E PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE	CONSULTOR SÊNIOR DO CONSULTORIA E

	CATÓLICA DE MINAS GERAIS	ACONSELHAMENTO - MARKETING E ESTRATÉGIA
CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E SILVA	DOUTORADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	PROFESSOR ADJUNTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CRISTINA MÁRCIA DE OLIVEIRA MENDONÇA	ESPECIALISTA PELA PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
DANIEL CABALEIRO SALDANHA	MESTRADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL	SERVIDOR DO SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO / VICE-GOVERNADORIA , BRASIL
EURICO BITENCOURT NETO	MESTRADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	DIREITO ADMINISTRATIVO II DO FACULDADES ARNALDO JANSSEN
FERNANDA DE SIQUEIRA NEVES	MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PELA PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, BRASIL	SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO , BRASIL
FREDERICO BARBOSA GOMES	MESTRADO EM DIREITO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PROFESSOR DA FACULDADE ESTACIO DE SÁ DE BELO HORIZONTE
GILBERTO GALINKIN	MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	PROFESSOR DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
GIOVANNI JOSÉ CAIXETA	MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	PROFESSOR DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

GUSTAVO COSTA NASSIF	DOUTOR EM DIREITO PÚBLICO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PROFESSOR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
HUDSON COUTO FERREIRA DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PROFESSOR TITULAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
JANAÍNA DE ANDRADE EVANGELISTA	MESTRADO EM SANEAMENTO, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	ENGENHEIRA PERITA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS , BRASIL
JOSÉ RONALDO DA SILVA	ESPECIALIZAÇÃO EM AUDITORIA PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PROFESSOR DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
JOSÉ XISTO DA SILVA BARROS	MESTRADO EM TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PROFESSOR ADJUNTO III DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
JULIANO FISICARO BORGES	MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	PROFESSOR TITULAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS
LEONARDO DE ARAÚJO FERRAZ	DOUTOR EM DIREITO PÚBLICO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	TÉCNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS
LICURGO JOSEPH MOURÃO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	CONSELHEIRO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
LILIANE DE OLIVERIA GUIMARÃES	DOUTORA EM ADMINISTRAÇÃO PELA EAESP/FGV-SP	PROFESSOR ADJUNTO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

LUCIA HELENA CICCARI NI	MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	PROFESSOR ASSISTENTE DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
LUCIANA RASO SARDINHA	DOUTORADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	PROFESSOR DO CENTRO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO
LUIS FLÁVIO SAPORI	DOUTORADO EM SOCIOLOGIA PELO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RJ/ IUPERJ	PROFESSOR ADJUNTO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MÁRCIO FERREIRA KELLES	MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PROFESSOR CONVIDADO DO CENTRO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO.
MARCONI AUGUSTO FERNANDES DE CASTRO BRAGA	MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	TÉCNICO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RENATA MACHADO DA SILVEIRA VAN DAMME	MESTRADO EM DIREITO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	TÉCNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SANDRO MARCIO DA SILVA	DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PELA FEA-USP	PROFESSOR ADJUNTO III DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
SEBASTIÃO HELVÉCIO RAMOS DE CASTRO	DOUTOR EM SAÚDE COLETIVA, EM ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PROFESSOR ADJUNTO IV DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
WALTER MARINHO DE OLIVEIRA	DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PELA UNIVERSITÉ DE GRENOBLE II (ANTIGA UNIVERSITÉ PIERRE MENDÈS FRANCE,	PROFESSOR ADJUNTO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS

	2010)	GERAIS
--	-------	--------

**6. Grade horária onde conste o dia do mês, o dia da semana, o turno do dia e as disciplina(s) lecionada(s):**

**CALENDÁRIO DIAS LETIVOS 2012 (sujeito a alterações)**

MÊS/ANO	DIAS LETIVOS	Nº DE DIAS
Agosto/12	7,8,9,14, ,16,21,22,23,28,29,30	12
Setembro/12	11,12,13,18,19,20,25,26,27	9
Outubro/12	2,3,4,9,16,17,18,23,24,25,30,31	11
Novembro/12	1,6,7,8,13,14,20,21,22,27,28,29	12
Dezembro/12	4,5,6,11,12,13	6
Fevereiro/13	5,6,7,19,20,21,26,27,28	9
Março/13	5,6,7,12,13,14,19,20,21	9
Abril/13	2,3,4,9,10,11,16,17,18,23,24,25,30	13
Maió/13	7,8,9,14,15,16,21,22,23,28,29,30	12
Junho/13	4,5,6,11,12,13	6

**C - ANEXOS**

**Anexo 1**

**DIREITOS FUNDAMENTAIS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA:  
CONTROLE E EFETIVIDADE**

**EMENTA**

Constitucionalismo, Democracia e Judicialização da Política. Paradigmas do Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito. Direitos e garantias fundamentais. Papel do Estado na efetividade dos direitos fundamentais. Os Direitos da cidadania. Direito

Público na contemporaneidade. Organização político-administrativa: Federação. Ativismo judicial.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. Ed. Saraiva.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada*. Ed. Atlas.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. Malheiros Editora.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO: GOVERNANÇA E CONSENSUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **EMENTA**

Conceito de Direito Administrativo. Organização administrativa. Ato administrativo: atributos do ato administrativo, classificação do ato administrativo. Agentes públicos. Licitações. Contratos. Convênios. Acordos. Ajustes. A Reforma Administrativa. Características e novas tendências da Administração Pública brasileira.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo, 10ª ed., Atlas, 1998.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 23ª ed., 1998.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1999.

## **PROCEDIMENTALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROCESSO APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

### **EMENTA**

Princípios do Processo Civil. Normas do Código de Processo Civil nos Tribunais de Contas. Competência para julgamento nos Tribunais de Contas. Competência para a aplicação de penalidades no Tribunal de Contas. Processo administrativo disciplinar nos Tribunais de Contas. Processo de prestação de contas.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FERRAZ Leonardo de Araujo. Detalhando o Regimento do TCEMG. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Belo Horizonte* -> n.1; v.62; 115; Ano Pub. : 2007; Mês Pub.: 03; -> RB= 4013

FARIA, Roberto Gil Leal. *aplicabilidade dos princípios e normas do código de processo civil nos tribunais de contas* *Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro -> n.50; v.21; 23-27; Ano Pub. : 2000; Mês Pub.: 12;

PETER, Maria da Gloria Arrais et al. *A contribuição do Sistema de Informações Municipais (SIM) na análise do processo de prestação de contas de gestão no TCM-CE*. *Revista do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceara Fortaleza* -> n.18; 130-148; Ano Pub. : 2008; Mês Pub.: 01; -> RB= 23646

## **PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR**

### **EMENTA**

Parcerias na Administração Pública. Parceria como forma de delegação da execução dos serviços públicos. Parceria como instrumento de desburocratização e de instauração da chamada Administração Pública gerencial, por meio de contratos de gestão. Concessão, permissão e franquia. Fundamentos legais que regem as PPPs. Terceirização na Administração Pública. Terceirização por intermédio de cooperativas. Terceirização por meio de OSCIPs. Parcerias na prestação de serviços públicos sociais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARVALHO, Cristiano, coord.; PEIXOTO, Marcelo Magalhães, coord. *Aspectos jurídicos do terceiro setor*. São Paulo: Thomson, 2005. 248. p. 364.07 CAR ASP Livro

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Administração pública, concessões e terceiro setor* Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009. 338 p. 351 OLI ADM Livro

SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e. *Terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal*. In: CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de, coord. *Lei de Responsabilidade Fiscal: ensaios em comemoração aos 10 anos da lei complementar nº 101/00*. Belo Horizonte : Fórum, 2010. p. 71-86

## **GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS DO NOVO MILÊNIO**

### **EMENTA**

Abordagem sobre os modelos de gestão Gestão por resultados no Setor Público. O papel do gestor público. Responsabilização na Administração Pública: tendências e desafios. Instrumentos de avaliação da gestão pública: noções gerais. Responsabilização pelos controles clássicos e pelo controle de resultados.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FERRAZ Luciano de Araujo. *Lei da Responsabilidade Fiscal e terceirização de mão-de-obra no serviço público*. Fórum administrativo Belo Horizonte -> n.2; v.1; 130-140; Ano Pub. : 2001; Mês Pub.: 04;

FERRAZ Luciano de Araújo coord.; MOTTA, Fabrício Macedo, coord. *Direito público moderno: homenagem especial ao professor Paulo Neves de Carvalho*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 697 p.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de Gestão Pública Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007.

## **REFORMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E MODERNIZAÇÃO**

### **EMENTA**

Reformas Administrativas brasileiras: dimensões institucional-legal, cultural e de gestão. Excelência nos serviços públicos. Transparência, qualidade e informação nas organizações públicas; A intersetorialidade nas políticas públicas e a coordenação inter-organizacional. Mecanismos de articulação entre Estado e Sociedade.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BORGES, Alice Gonzalez. *A Implantação da Administração Gerencial na Emenda Constitucional nº19/98*. BDA. Fev/99. P.87 – 93.

BULOS, Vadi Lammêgo. *Reforma Administrativa (primeiras impressões)*. Revista de Direito Administrativo nº214: 69-98.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Apontamentos sobre a Reforma Administrativa*. Rio de Janeiro, 2000.

## **GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY**

### **EMENTA**

Estado, governo e aparelho de Estado. Contexto Contemporâneo da Atuação do Estado. Governabilidade, governança e accountability. Administração pública patrimonial, burocrática e gerencial. Princípios de Governança no Setor Público; O Estado Rede e papel da governança – as contribuições da economia (teoria da agência), da ciência política (análise de stakeholders) e da administração (modelos de gestão e estrutura organizacional).

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. *Conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho*. Texto nº 209 -> Ano Pub. : 2002; Mês Pub.: 03;

CORBARI, Ely Célia. *Accountability: prática de governança pública e mecanismo de controle social*. Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 28, n. 46, p. 12-17, jan. 2011.

SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco et al. *Governança corporativa e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2008. 198. p.

## **PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA: CONCEITOS E FERRAMENTAS**

### **EMENTA**

Processo evolutivo do planejamento. Função do planejamento para execução das políticas públicas. Política orçamentária e processo orçamentário: princípios orçamentários; planos e orçamentos (PPA, LDO e LOA). Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI: características específicas; objetivos; aplicabilidade e métodos de elaboração. Análise objetiva da correlação entre os planos. Planejamento e a execução orçamentária. Estudo de Caso: Minas Gerais no cenário nacional. Programas Estruturadores: Análise da relevância e efetividade dos Programas Estruturadores. Principais projetos e seus reflexos sociais. Métodos de extração de dados, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados. Orçamento Participativo e responsabilidade social.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CALAZANS, Ertuzio. *Leis orçamentárias brasileiras*. São Paulo: Armazém de idéias, 1997.

HOLANDA, Fábio Chaves. *O Processo Orçamentário na Constituição Federal de 1988*. Cadernos ENAP, Volume 2, número 3. Brasília, dezembro de 1994, pg. 7-15.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; GRAZIA, Grazia de; Ed. FÓRUM NACIONAL DE PARTICIPACAO POPULAR. *Experiência de Orçamento Participativo no Brasil: período de 1997 a 2000*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

## **FUNCIONALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**

### **EMENTA**

Políticas Públicas e o papel do Estado. Estudo da organização, atividade e papel de grupos de interesse em setores específicos. A dinâmica da formulação de políticas públicas. Atores, demandas e necessidades. Implementação da política. Enfoques top-down e bottom-up. Críticas aos enfoques. Política, monitoramento e controle social. Ferramentas para o controle da implementação da política pública. Indicadores de performance. Avaliação da política. Tipos de avaliação. Avaliação de impactos: modelo experimental clássico. Modelos quase-experimentais e não experimentais. Indicadores para a avaliação. Análise custo-benefício, análise custo-efetividade e sistemas de indicadores sociais. Avaliação por

objetivos. Crítica da avaliação clássica. A avaliação pluralista. Avaliação da sustentabilidade dos projetos. Informes de término e de avaliação de Projetos.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CONTADOR, Claudio Roberto. *Projetos sociais: avaliação e pratica: impacto ambiental, externalidades, benefícios e custos sociais*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375. p.

PEREZ, Marcos Augusto. *Administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2004. 245 p.

## **CONTROLE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, SANEAMENTO E TRANSPORTE**

### **EMENTA**

Fundamentos conceituais e principais modelos analíticos para a avaliação das políticas públicas. Técnicas e métodos para avaliação de políticas públicas. Principais desafios no controle e avaliação das políticas: controle de convênios, contratos, termos de parceria e contratos de gestão; avaliação de impactos das políticas; participação da sociedade no controle e avaliação. Estratégias para superar estes desafios.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. *Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas*. São Paulo: Atlas, 2010. 208 p.

PINTO Luciana Moraes Raso Sardinha *Rádiodifusão: o controle estatal e social sobre suas outorgas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 304. p.

SANTOS, Denise Maria Delgado; SILVA, Regina Cássia Nunes da. *função das ciências econômicas no controle das políticas públicas*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2008. 92 p

## **TENDÊNCIAS ATUAIS DO CONTROLE EXTERNO**

### **EMENTA**

Sistemas de controle da gestão de recursos públicos. Controle externo no Brasil: aspectos técnicos e políticos. Controle Externo e Federação. O Tribunal de Contas no Brasil. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Ministério Público de Contas. Princípios e normas de Auditoria Governamental. Técnicas de Auditoria. Tipos de Auditoria. Estágios da Auditoria. Auditoria operacional: Aspectos conceituais sobre desempenho e ciclo da auditoria operacional.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CASTRO, Flávio Régis Xavier de Moura [et al]. *O Novo Tribunal de Contas: órgão protetor dos Direitos Fundamentais*. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Tribunais de Contas do Brasil – jurisdição e competência*. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

GUERRA, Evandro Martins. *Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas*. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

## **CONTROLE LEGISLATIVO, ORÇAMENTO PÚBLICO E RESPONSABILIDADE FISCAL**

### **EMENTA**

Controle legislativo direto e indireto. Política orçamentária e planos orçamentários (PPA, LDO e LOA). Orçamento participativo e responsabilidade social. Lei de Responsabilidade fiscal: planejamento, controle, transparência e responsabilização. Gestão fiscal responsável. Restos a pagar em final de mandato.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRUNO, Reinaldo Moreira. *Lei de Responsabilidade Fiscal e orçamento público municipal*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

KELLES Marcio Ferreira *Controle da administração pública democrática – os Tribunais de Contas no controle da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2007.

GIACOMONI, James. *Orçamento público* 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

## **CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS: PREVENÇÃO A FRAUDE E A CORRUPÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

### **EMENTA**

O controle no processo de gestão. Conceito de Controle Interno e Sistema de Controle Interno. Objetivos do controle interno. Aspectos legais do controle interno. Princípios, normas gerais e normas específicas do controle interno. Estrutura do sistema de controle interno. Controle Interno x Auditoria Interna. Corregedoria. Responsabilidades pela implantação e manutenção do sistema de controle interno. Limitações do sistema de controle interno.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GUERRA, Evandro Martins. *Os controles externo e interno da Administração Pública*. 2. Ed. rev. e ampl.. 2. Tiragem. Belo Horizonte: Fórum, 2007. 488 p.

MEDAUAR, Odete. *Controle da Administração Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

## **AUDITORIA OPERACIONAL**

### **EMENTA**

Auditoria operacional: conceito, enfoques, características, objetivos e dimensões de desempenho. Auditoria operacional vs auditoria de conformidade. Normas de auditoria operacional. Ciclo da auditoria operacional: seleção, planejamento, execução, relatório, plano de ação e monitoramento. Principais abordagens de auditoria operacional: estudo sobre alcance de metas ou resultado, estudo sobre processos, avaliação de impacto, estudos

de custo-benefício, estudos de custo-efetividade, estudo de benchmarking, estudo de meta-avaliação. Fontes de informação.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

CRUZ, Flávio da. *Auditoria governamental*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002..

GIL, Antonio de Loureiro. *Auditoria operacional e de gestão: qualidade da auditoria*. São Paulo: Atlas, 1992.

## **SELEÇÃO E PLANEJAMENTO EM AUDITORIA OPERACIONAL**

### **EMENTA**

**Seleção:** Diretrizes de seleção da INTOSAI (ISSAI 200/2001 e ISSAI 3000/2004). Critérios de seleção: materialidade, relevância, vulnerabilidade e agregação de valor. Metodologia de análise de risco para planejamento de auditorias: desenvolvimento de conhecimento do órgão/serviço, identificação dos riscos, avaliação de controles, escolha dos temas de auditoria, decisão. Levantamento: escopo amplo, escopo restrito. **Planejamento:** Análise preliminar do objeto auditado. Estudo de viabilidade. Definição do objetivo e do escopo da auditoria. Técnicas de diagnóstico: análise SWOT e verificação de risco, marco-lógico, métodos dos consensos mínimos, análise stakeholder, benchmarking, balanced scorecard, mapa de processos, mapa de produtos e indicadores de desempenho, método RECI. Tipos de questão de auditoria: descritiva, normativa, avaliativa e exploratória. Especificação dos critérios de auditoria. Estratégias metodológicas: estudo de caso, pesquisa documental, pesquisa, pesquisa experimental, pesquisa quase-experimental, pesquisa não-experimental. Elaboração e validação da matriz de planejamento. Elaboração de instrumentos de coleta de dados e teste-piloto. Técnicas de coleta de dados: questionários, entrevistas, observação direta, uso de dados existentes. Elaboração do projeto de auditoria.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. *Introdução à auditoria operacional*. Editora Fundação Getúlio Vargas.

ATTIE, William. *Auditoria Interna*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTRO, Domingos Poubel de. *Auditoria e Controle Interno na Administração Pública*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

## EXECUÇÃO, RELATÓRIO E MONITORAMENTO EM AUDITORIA OPERACIONAL

### EMENTA

**Execução.** Achado de auditoria. Evidências. Desenvolvimento dos trabalhos de campo. Técnicas de análise dos dados coletados: análise estatística multivariada, análise por envoltória de dados, análise de regressão, análise de frequências em tabelas, análise gráfica, análise qualitativa. Limitações. Processo de identificação de achados e produção de recomendações e determinações. Diagrama de causa e efeito de Ishikawa. Elaboração e validação da matriz de achados. **Relatório.** Orientações gerais para elaboração. Padrões de elaboração. Técnicas de apresentação de dados. Citações e referências. Componentes do relatório: introdução, visão geral, capítulos principais, análise dos comentários do gestor, conclusão. Proposta de encaminhamento. **Monitoramento.** Plano de ação. Sistemática de monitoramento. Relatório de monitoramento. Situação das deliberações.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antonio de Loureiro. *Auditoria operacional e de gestão: qualidade da auditoria*. São Paulo: Atlas, 1992. 119. p.

NORONHA, Maridel Piloto. *A experiência do Tribunal de Contas da União do Brasil na avaliação de programas de governo. Artigo apresentado ao VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Panamá, 28-31 Oct. 2003

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. *Manual de auditoria governamental*. São Paulo: Atlas, 2003.

## **AVALIAÇÃO DE PROJETOS, CONCESSÕES E PARCERIAS NO SETOR PÚBLICO**

### **EMENTA**

Abordagens de elaboração de projetos no setor público: conceitos; tipos de projetos e suas especificidades. Avaliação da qualidade intrínseca de projetos: definição de objetivo e escopo; articulação das ações, adequação de cronograma; recursos demandados versus necessidades efetivas; estrutura de financiamento e aporte de recursos de distintas fontes; consistência econômico-financeira e estrutura de gastos; retorno de investimento e valor público gerado; avaliação de riscos e pressupostos. Avaliação do impacto de projetos: mecanismos e princípios; impactos de curto e longo prazo Debate e discussão de soluções para desafios na avaliação de projetos de concessões e parcerias no setor público.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo. Editora Saraiva, 2006.

PENTEADO, Heloísa Branda. *A caracterização jurídica dos contratos de parceria público-privada no direito brasileiro*. Franca: UNESP, 2006.

POLTRONIERI, Renato. *Parcerias público-privadas e a atuação administrativas*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

## **APURAÇÃO E CONTROLE DE CUSTOS E DE RESULTADOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

### **EMENTA**

Apuração de custos de serviços públicos: métodos de custeio tradicionais; método de custeio ABC (Activity Based Costing) e gestão de políticas públicas com base no ABM (Activity Based Management). Auditoria de custos..Apuração de resultados: metodologias

de avaliação; valor econômico dos serviços públicos; avaliação custo-benefício de serviços públicos. Estudos de caso, discussões e exercícios: políticas de limpeza pública, saúde, educação.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEONE, George Sebastião Guerra. *Custos, planejamento, Implantação e Controle*. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOURA, José Flávio de Melo. *O sistema de contabilidade do governo federal na mensuração dos custos dos programas de governo e das unidades gestoras*. Dissertação, Unb 2003.

## **CONTROLADORIA ESTRATÉGICA DO SETOR PÚBLICO**

### **EMENTA**

Conceitos (e Evolução) da Controladoria no Setor Público; Controle Interno, Interorgazacional e Social; Metodologias de Gestão do Desempenho no Setor Público Estatal e Não-Estatal (ONG, OS, OSCIP); Elaboração, Análise e Interpretação de Relatórios Gerenciais na Controladoria de Organizações Públicas; Auditoria no Setor Público.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ANTHONY, Robert; Govindarajan, Vijay. *Sistemas de controle gerencial*. São Paulo: Ed. Atlas, 2002

PADOVEZE, Clóvis Luis. *Controladoria Estratégica e Operacional*. São Paulo: Ed. Thomson, 2003.

SLOMSKI, V. *Controladoria na Gestão Pública*. São Paulo: Atlas, 2005.

## **INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA DESCRITICA E INFERITIVA**

## EMENTA

**Estatística descritiva.** Conceitos básicos: estatística descritiva e inferencial, população e amostra, parâmetro e estimador, variáveis, indicadores, índices. Fases do trabalho estatístico. Séries estatísticas. Gráficos. Distribuição de frequência, distribuição de frequência acumulada, distribuição de frequência relativa. Histogramas. Medidas de Posição: médias (aritmética, harmônica e geométrica), mediana, moda e separatrizes. Medidas de dispersão: amplitude total, variância, desvio padrão, desvio médio, coeficiente de variação. Medidas de assimetria e curtose. Correlação. Números-índices. **Estatística inferitiva.** Cálculo: derivada e integral com uma variável e mais de uma variável. Funções exponenciais e logarítmicas. Álgebra linear. Introdução à probabilidade (eventos, espaço amostral, axiomas, propriedades, probabilidade condicional e independência). Análise combinatória. Princípios básicos de contagem (adição e multiplicação). Permutação, arranjo e combinação. Funções de distribuição e densidade de probabilidade. Momentos de distribuições. Esperança. Teorema de Bayes.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Ermes Medeiros da et al. *Estatística: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis*. São Paulo: Atlas, 1995. v. 1.

SPIEGEL, M.R. *Estatística*. São Paulo. McGraw-Hill. 1985.

## TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM PROBABILÍSTICA PARA AUDITORIA COM SPSS/EXCEL

## EMENTA

Tipos de amostragem probabilística: simples, estratificada e por conglomerados. Distribuições de probabilidade discreta: binomial, hipergeométrica e poisson. Distribuições de probabilidade contínua: normal, exponencial e chi-quadrado. Propriedades. Teorema do limite central. Aproximações da distribuição normal. Distribuições amostrais: médias e proporções amostrais. Propriedades. Estimação: métodos, vies e consistência. Propriedades

desejáveis dos estimadores. Estimação por ponto. Estimação por intervalo: com média populacional conhecida, com média populacional desconhecida, para proporções. Estimação do tipo bootstrapping. Estimativa de máximo verossimilhança. Determinação do tamanho da amostra (médias, proporções). Amostragem em populações finitas. Amostragem por unidade monetária. Testes de hipóteses. Tipos de erro em amostragem: efeitos, métodos de redução, métodos de compensação. 6. Aplicações.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. *Estatística aplicada*. 2. ed. São Paulo:Atlas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

## **INDIVÍDUO, DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZAÇÃO PÚBLICA**

### **EMENTA**

Desafios e potencialidades do desenvolvimento humano na gestão das organizações públicas. Desenvolvimento organizacional. Avaliação de desempenho nas organizações públicas. A responsabilidade social e a contribuição das relações públicas. Teoria comportamental da administração.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

HAMPTON, David R. *Administração contemporânea: teoria, práticas e casos*. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1992. p.

SROUR, Robert Henry. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TOLEDO, Flavio de. *Administração de pessoal: desenvolvimento de recursos humanos*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1992. 294. p. 658.3 TOL ADM Livro

## PODER LIDERANÇA E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL

### EMENTA

Histórico dos modelos de gestão de pessoas. Gestão estratégica de pessoas. Gestão de competências. Negociação para gestores. Equipes de alto desempenho. Noções de liderança. Liderança inovadora.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, L.G. *O papel estratégico de recursos humanos*. São Paulo: FEA-USP, 1987. Tese de livre docência.

DUTRA, Joel Souza. *Gestão por competências*. São Paulo: Editora Geste, 2001.

GRATTON, L. *A arte de administrar as pessoas*. Gazeta Mercantil, “Mastering Management”, n. 8, 16 out. 1997.

## GESTÃO DA MUDANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### EMENTA

Os sistemas de informação como elemento de mudança. A legitimação da liderança. Reorganização das instituições públicas. Caracterização da gestão por processo. Gestão, cultura e conhecimento. Modelos de management público. Nova gestão pública ou Administração Pública gerencial.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Ferlie, E.; Asburner, L.; Fitzgerald, L. & Pettigrew, A. *A Nova Administração Pública em Ação*. Editora Universidade de Brasília: ENAP, 1999.

KELLES, Marcio Ferreira. *Controle da administração pública democrática – os Tribunais de Contas no controle da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2007. 280. p.

TROSA, Sylvie. *Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 316 p. 351.

## **RESPONSABILIDADE E IMPUTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO**

### **EMENTA**

Responsabilidade. Ética e Moralidade na Administração Pública. Perfil constitucional das Cortes de Contas. O controle da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública. Qualidade dos serviços públicos: conceito, critérios e instrumentos de garantia e controle. Instrumentos de avaliação da qualidade. Indicadores de qualidade. Efetividade dos serviços públicos.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRANDÃO, Júlio Cezar Lima. *Comentários ao Estatuto do Servidor Público Federal Atualizado: Lei 8.112/90: direitos, deveres, vantagens*. Curitiba: Juruá, 2010. 495 p.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Regime dos Servidores da Administração Direta e Indireta: direitos e deveres*. São Paulo: Malheiros, 1995, p.142.

SPECK, Bruno Wilhelm. *Inovação e rotina no Tribunal de Contas da União: o papel da instituição superior de controle financeiro no sistema político-administrativo do Brasil*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. 226. p. (Serie Pesquisas, 21).

## **CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA: SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL, PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E OS NOVOS INSTRUMENTOS DA PRÁTICA CORRECIONAL**

### **EMENTA**

A atuação correicional. Sistema de correição no âmbito dos três poderes estatais. Correição administrativa: competência. Processo administrativo disciplinar. Novos instrumentos de correição. Sindicância administrativa e patrimonial.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MINAS GERAIS. AUDITORIA GERAL DO ESTADO. SUPERINTENDENCIA CENTRAL DE CORREICAO ADMINISTRATIVA *Manual de sindicância e processo administrativo disciplinar*. Belo Horizonte: [s.n.], 2004. 147. p. 35.077.3.

ROCHA Heloisa Helena Nascimento PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha. *Poder judiciário e inclusão social: considerações acerca do papel do controle judicial das políticas públicas para a efetividade dos direitos sociais*. In: PEREIRA, Flavio Henrique Unes, org. *Cidadania e inclusão social: estudos em homenagem à professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin*. Belo Horizonte : Fórum, 2008. p. 171-186

## **CONTROLE SOCIAL: INSTRUMENTOS E FORMAS JURÍDICAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **EMENTA**

Instrumentos de participação social: Ouvidorias e Audiências Públicas. Meios de mobilização social para participação nos processos de fiscalização e controle: entidades do terceiro setor e Poder Público. Fortalecimento da gestão: capacitação profissional. Instrumentos de transparência e publicidade: Portal Transparência, acompanhamento de ações governamentais e de despesas públicas, relatório de gestão e fiscalização. Convenções internacionais de transparência e combate à corrupção.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARDOSO, Leticia Buzetti; BARBOSA, Maria Beatriz de Oliveira. *Controle social e transparência na administração pública*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2006. 38 p.

DOLABELA, Maria Regina Pena; FONSECA, Vanda Elizabeth Vidal. *responsabilidade de controle social na gestão pública*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007. 57 p.

GUIMARAES, Maria Celeste Moraes. *Auditoria de gestão - modelo de controle que busca avaliação de resultados*. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Belo Horizonte -> n.2; v.59; 15-38; Ano Pub. : 2006; Mês Pub.: 06;

## **AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

## **EMENTA**

Atendimento a demandas e custo-benefício do nível dos serviços públicos: logística integrada; provisão e produção de serviços públicos; terceirização e desconcentração de serviços; sistemas de atendimento ao cidadão; centrais de atendimento ao cidadão. Qualidade de serviços no setor público: qualidade efetiva versus qualidade percebida; trade-offs em serviços públicos; Mensuração e avaliação do desempenho de serviços públicos: parâmetros e métricas dos sistemas logísticos do setor público; participação dos cidadãos-usuários na avaliação dos serviços.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARVALHO, Marly Monteiro; PALADINI, Edson Pacheco (coord.). *Gestão da qualidade: teoria e casos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. *Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTADO EM REDE**

### **EMENTA**

Utilização de sistemas de administração pública em casos concretos: SIAFI, SIAD, SIGPLAN, outros.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 402. P

GIL, Antonio de Loureiro. *Sistemas de informações: contábil, financeiros*. São Paulo: Atlas, 1992. 205. p.

## **TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA, CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO: ESTADO E COOPERAÇÃO SOCIAL**

### **EMENTA**

Transparência na administração pública e o combate à corrupção. Fiscalização dos programas de governo realizados descentralizadamente. Fortalecimento do controle social. Mudança para uma cultura de acompanhamento. Compromissos internacionais contra a corrupção.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AGUILLAR, Fernando Herren. *Controle social de serviços públicos*. São Paulo: Max Limonad, 1999. 302. p. 35.078.6 AGU CON Livro

RIBEIRO, Antonio Silva Magalhães. *Corrupção e controle na administração pública brasileira*. São Paulo: Atlas, 2004. 138. p. 35.072.6 RIB COR Livro

TERRAO, Claudio Couto *Desnecessidade de lei para fixação do quadro de empregos de empresas estatais não dependentes*. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Belo Horizonte -> n.3; v.72; 197-206; Ano Pub. : 2009; Mês Pub.: 09; -> RB= 4013;

## **DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO**

### **EMENTA**

Legislação acerca da proteção e defesa dos usuários de serviços públicos. As Agências Reguladoras. Distinções entre usuários e consumidores. Prevalência do Direito Público em detrimento do Código de Defesa do Consumidor.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. *Concessão de serviço público*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2002. 162. p. 35.078.6

ARAGAO, Alexandre Santos de. *Direito dos serviços públicos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 872. p. 35.078.6

SILVA, Edson Jacinto da. *Concessão e permissão no serviço público*. Leme, SP: J.H. Mizuno, 2004. 406. p. 35.078.6

## TRIBUNAIS DE CONTAS: DEMOCRACIA, PREVENÇÃO E CONSENSUALIDADE

### EMENTA

Os papéis dos Tribunais de Contas Estaduais e do Tribunal de Contas da União na Administração Pública. Legislação, doutrina e jurisprudência acerca das Cortes de Contas. Democracia e consensualidade no âmbito dos Tribunais de Contas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMARA, Delano Carneiro da Cunha. *Cidadania e os tribunais de contas do Brasil. Controle* - Revista do Tribunal de Contas do Estado do Ceara Fortaleza -> n.2; v.7; 69-104; Ano Pub.: 2009; Mês Pub.: 12; -> RB= 20780

SOUSA, Edgard Tavora de. *Fundef e o papel do Tribunal de Contas* Revista do Tribunal de Contas de Pernambuco/1998 -> n.9; v.9; 21-25; Ano Pub.: 1999; Mês Pub.: 01; -> RB= 60053

### METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

PUC Virtual

#### **Anexo 2**

Fotocópia do documento comprobatório de titulação máxima dos docentes não pertencentes ao Quadro Permanente da Universidade, para comprovação das informações fornecidas nos itens 4.1c e 5.

#### **Anexo 3**

A Escola de Contas e Capacitação Prof. Pedro Aleixo oferece, em parceria com a PUC/MG, Curso de Pós-Graduação com o tema **“DIREITO PÚBLICO: CONTROLE**

**DE CONTAS, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE”**. O início do curso será no dia 07 de agosto de 2012 e o término no dia 13 de junho de 2013, sendo que as aulas acontecerão de terça à quinta-feira.

O curso de especialização ora proposto pretende assegurar formação multidisciplinar aos técnicos e oficiais do Tribunal de Contas de Minas Gerais, proporcionando conhecimentos e habilidades específicos ao aperfeiçoamento